



ACÓRDÃO Nº288/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11044/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Silves.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Nelci de Oliveira Lira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Liciane Coimbra da Rocha – OAB/AM 2962 e Luciene Helena da Silva Dias – OAB/AM 4697.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1436/2020-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Silves. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto-vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Nelci de Oliveira Lira**, responsável pela Câmara Municipal de Silves, no curso do exercício 2016, conforme o art. 22, inciso III, "b", "c" da Lei n.º 2.423/1996, considerando as ocorrências das irregularidades constantes nos itens 6 a 21 do Relatório/Voto;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Nelci de Oliveira Lira** no valor de **R\$20.000,00** (vinte mil reais), com fulcro no artigo 54, VI, da Lei nº 2.423/1996 com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 204/2020 c/c art. 308, VI, Resolução nº 04/2002 TCE/AM e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, em face das impropriedades dos itens 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19,



ACÓRDÃO Nº288/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

20 e 21, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Nelci de Oliveira Lira no valor de **R\$20.000,00** (vinte mil reais), com fulcro no artigo 54, V, da Lei nº 2.423/1996 com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 204/2020 c/c art. 308, V, Resolução nº 04/2002 TCE/AM e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, pelas irregularidades dos itens 10, 11, 13 e 14, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Considerar em Alcance o Sr. Nelci de Oliveira Lira no valor de



ACÓRDÃO Nº288/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

R\$7.000,00 (sete mil reais) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance/glosa, mencionado no item 10, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Silves, com fulcro no artigo 304, I, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE;

10.5. Considerar em Alcance o Sr. Nelci de Oliveira Lira no valor de **R\$2.227,14** (dois mil, duzentos e vinte e sete reais e quatorze centavos), resultante da soma dos valores **R\$ 584,58** (quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) e **R\$1.642,56** (um mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance/glosa, mencionado no item 11, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Silves, com fulcro no artigo 304, II, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE;

10.6. Considerar em Alcance a Sr. Nelci de Oliveira Lira no valor de **R\$11.833,00** (onze mil, oitocentos e trinta e três reais) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance/glosa, mencionado no item 13, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Silves, com fulcro no artigo 304, I, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE;

10.7. Considerar em Alcance o Sr. Nelci de Oliveira Lira no valor de **R\$4.521,10** (quatro mil, quinhentos e vinte e um reais e dez centavos), resultante da soma dos valores de R\$1.117,30 (um mil, cento e dezessete reais e trinta centavos), **R\$2.403,80** (dois mil, quatrocentos e três reais e oitenta centavos) e **R\$1.000,00** (um mil reais) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance/glosa, mencionado no item 14, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Silves, com fulcro no artigo 304, I, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE;

10.8. Determinar à origem que:

10.8.1. Evite a reincidência da ausência de controle de Almoxarifado, em descumprimento ao princípio da eficiência (art. 37 da CF/88) e arts. 94, 95, 96 da Lei 4.320/64;

10.8.2. Proceda ao levantamento geral dos bens de consumo, extraído do inventário analítico, demonstrando o saldo físico e financeiro até o final do exercício, conforme estabelecido



ACÓRDÃO Nº288/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

nos arts. 83, 85, 86 e 89 da Lei nº 4320/64, Lei nº 4320/64, art.13, II, da LC, nº 6/1991;

- 10.8.3.** Observe e sempre proceda à escrituração contábil e extra contábil, analítica e sintética, que permita a caracterização dos bens permanentes adquiridos e baixados, bem como o saldo remanescente dos exercícios anteriores, com registro e tombamentos dos bens permanentes, assim como livro tombo e agentes responsáveis pela sua guarda e administração conforme preceitua os arts. 83, 85, 86, 89, 94, 95 e 96, da Lei nº 4320/64;
- 10.8.4.** Observe os procedimentos corretos para emissão de decretos de abertura de créditos adicionais suplementares pelo Poder Legislativo Municipal de Silves, haja vista que os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por Decreto do Poder Executivo, segundo o art. 42 da Lei Federal nº 4.320/64, c/c art. 61, § 1º, II, "b", e 84, XXIII, da CF/88). Sua abertura depende ainda da existência de recursos disponíveis e será precedida de exposição justificada (art. 43 da Lei Federal n.º 4.320/64);
- 10.8.5.** Evite despesas realizadas com serviço de fornecimento e preparação de lanches, para as sessões ordinárias da Câmara sem previsão no regimento interno e lei orgânica do município de Silves;
- 10.8.6.** Evite a ausência da identificação das despesas apropriadas nas contas "Despesa a Regularizar" e "Valor a regularizar" que figura no demonstrativo dos recebimentos e pagamentos extra orçamentário e balanço financeiro;
- 10.8.7.** Proceda ao rígido controle de requisições ou outro instrumento que identifique a entrada e a utilização do material de consumo, a fim de evitar divergências do atesto de recebimento do material constante dos documentos comerciais;
- 10.8.8.** Observe com rigor as regras dos procedimentos licitatórios;
- 10.8.9.** Adote meios para comprovar e subsidiar os relatórios de viagens e atividades apresentados pelos beneficiados,



ACÓRDÃO Nº288/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

inclusive com prova dos meios de transporte (inciso III, do artigo 9º da Resolução nº 19/2012-TCE);

10.8.10. Observe com rigor os prazos de publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal e suas publicações;

10.8.11. Observe com rigor os prazos de publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal e suas publicações;

10.9. Notificar o Sr. Nelci de Oliveira Lira, com envio de cópias das manifestações do órgão técnico, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e do Relatório/Voto;

10.10 Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RI-TCE/AM, adote as providências do artigo 169, do RI-TCE.

Vencido o Voto da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos que votou pela regularidade com ressalvas da prestação de contas, aplicação de multa ao gestor e determinações.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Março de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em sessão

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Redator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral